



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000440835

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0004015-22.2006.8.26.0157, da Comarca de Cubatão, em que é apelante RAIMUNDO FERREIRA LIMA, é apelado ALICE MARIA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PALMA BISSON (Presidente), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 30 de agosto de 2012.

Palma Bisson
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004015-22.2006.8.26.0157

APELANTE : RAIMUNDO FERREIRA LIMA
APELADA : ALICE MARIA DOS SANTOS
COMARCA : CUBATÃO

V O T O Nº 16.934

Ementa: Acidente de trânsito – ação de indenização – sentença de parcial procedência – apelação do réu – a jurisprudência sólida do C. STJ entende ser civilmente responsável o proprietário de veículo automotor por danos gerados por quem lho tomou de forma consentida, sendo este indesmentivelmente o caso presente - o quantum indenizatório por dano moral arbitrado no equivalente a aproximados cem salários mínimos não é excessivo para consolar adolescente vítima de acidente que em virtude deste sofreu trauma crânio encefálico com hemorragia subaracnóidea, foi internada na UTI em estado grave, permaneceu em coma por dezoito dias, sofreu cirurgia para a extração do baço, na sua longa recuperação precisou da constante ajuda de terceiros para atos cotidianos, pois tinha dificuldades para andar e falar, e perdeu o ano letivo; e tampouco comporta minoração por inadequado à possibilidade financeira do demandado, o que o tornaria impagável, se o comerciante a final condenado a pagá-lo jamais se importou em provar ser pessoa de posses poucas - recurso improvido.

RELATÓRIO

Ação de indenização que Alice Maria dos Santos moveu em face de Raimundo Ferreira Lima

Apelação nº 0004015-22.2006.8.26.0157
Voto nº 16.934



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

foi julgada parcialmente procedente pela respeitável sentença de fls. 134/144, de lavra da MM. Juíza de Direito Luciana Mourão Castello, "para CONDENAR o requerido ao pagamento de **R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais)**, atualizados de acordo com a Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a partir da sentença, acrescidos de juros legais de 1% ao mês a partir da citação", observado que diante da sucumbência recíproca "cada parte arcará com metade das custas e despesas processuais, assim como os honorários advocatícios de seus respectivos patronos".

Fincou-se o decísum na seguinte motivação: "A pretensão deduzida em juízo é a indenização por danos morais, estéticos e materiais sofridos pela autora em virtude de acidente de trânsito causado por pessoa falecida na condução de veículo de propriedade do autor, que causou lesões que resultaram em sua incapacidade parcial e permanente enquanto passageira. Consta da prova dos autos que a autora, com 15 anos na época dos fatos, em desobediência à ordem de sua genitora, saiu de carro com seu namorado. E, quando retornava para casa, por volta das 01h50min, por força da condução imprudente do veículo pelo seu namorado, que dirigia sob os efeitos de álcool, colidiu com uma árvore, resultando em sua morte e



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

em graves danos à autora. É ponto incontroverso nos autos que o carro é de propriedade do requerido. Contudo, pretende a exclusão de sua responsabilidade, porquanto emprestou seu veículo ao pai de Gilmar com finalidade expressa, que violou o dever de guarda e permitiu que seu filho conduzisse o bem. Após regular instrução, a alegação lançada na contestação com o fito de desconstituir o direito do autor não restou comprovada, permanecendo íntegra, portanto, a responsabilidade pela relação de propriedade. Neste sentido a jurisprudência já se posicionou: "RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - SOLIDARIEDADE - PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. - Quem permite que terceiro conduza seu veículo é responsável solidário pelos danos causados culposamente pelo permissionário. - Recurso provido" (RE. 343.649 - MG, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, j. 05.02.04). "O proprietário e o condutor do veículo são civil e solidariamente responsáveis pelos danos causados" (1º TACSP - 7ª C., Ap. Rel. Roberto Stucchi - j. 23.10.1984). "Responsabilidade civil. Colisão de veículos. Transferência de auto não ultimada. Motorista não preposto do dono. Irrelevância. Ação indenizatória procedente - Pouco importa que o motorista culpado pelo acidente não seja preposto do dono do carro.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Provada a culpa daquele, o proprietário é solidário, se consentiu que o mesmo o usasse" (RT 505/112). "Admite-se a culpa in eligendo do proprietário do automóvel quando o empresta a terceiro ainda que habilitado" (RT 268/204). "Farta é a jurisprudência no sentido de que o dono do veículo responde sempre pelo ato de terceiro a quem entregou, seja preposto seu ou não. É que a responsabilidade integra-se pelo princípio da causalidade na culpa da guarda da coisa" (1º TACS – 7ª C., Ap. Rel. Roberto Stucchi – j. 03.04.84 – RT 585/116). No mesmo sentido: TJSC – 2ª c. – Ap. – Rel. Osny Caetano – j. 18.05.78 – RT 536/211; 1º TACSP – 9ª C. – AI 975.596-0 – Rel. Luís Carlos de Barros – j. 06.02.2001 – RT 792/289; TJAC – C. Cível – Ap. 00.000964-4 – Rel. Jersey Nunes – j. 13.11.2000 – RT 791/297. Assim, a responsabilidade, "in casu", é solidária entre o proprietário do veículo e o condutor. Com relação a incapacidade parcial e permanente destacada na inicial, passo a tecer algumas considerações. A testemunha Maria Carmelita de Lima ressaltou que autora, após o acidente, precisava de auxílio de terceiro para todos os atos da sua vida. Necessitou usar fralda, fazer fisioterapia e que até a presente data não retornou as atividades habituais. Ela não consegue andar normalmente e tem acompanhamento psicológico. A genitora precisou



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

parar de trabalhar para cuidar da menor e passou a viver de favor (fls. 120/121). A testemunha Alexsandra Lino da Silva afirmou que a autora não conseguia andar e falar. Não voltou ao colégio. A genitora da menor parou de trabalhar e vive de favor (fls. 123/124). Contudo, o laudo pericial é firme no sentido que "existe nexos causal do acidente com lesões apresentadas na época do acidente. No momento sem seqüelas neurológicas, sem déficit motor ou atrofia muscular, reflexos normais. Apresenta apenas cicatriz abdominal supra umbilical e mediana com dano estético mínimo" (fls. 91/93). Em síntese, pelas provas carreadas aos autos, a autora foi vítima de um acidente que lhe acarretou um trauma crânio encefálico com hemorragia subaracnóidea, permanecendo em coma por 18 dias, quadro revertido em sua integralidade, conforme atestado pelo perito. Durante a sua longa recuperação, a autora precisou da constante ajuda de terceiros para atos cotidianos, com dificuldades para andar e falar, sofrimento que deve ser minorado pela indenização pretendida. Os danos morais sofridos são evidentes. A requerente foi internada na UTI em estado grave (fls. 10), perdeu o ano letivo (fls. 15), diante do traumatismo craniano ficou sem andar e falar, precisando da ajuda de terceiros, evento danoso que marcou a vida da autora, com frustrações e aborrecimentos a ele



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

inerentes. Diante da cirurgia realizada, por força do acidente, para a extração do baço, remanesce o único dano constatado pelo perito: uma cicatriz cirúrgica abdominal de esplenectomia de grau mínimo. No que tange aos danos morais e estéticos, a doutrina tem sustentado a seguinte posição "Impõem-se desde logo deixar assentado que o Código Civil de 2002, embora não tenha feito referência expressa ao dano estético decorrente de aleijão ou deformidade, tal como fazia o § 1º do art 158 do Código anterior, mantém a possibilidade de reparação dos danos material e moral decorrentes da lesão estética" (Rui Stoco, Tratado de Responsabilidade Civil, 7ª ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2007, pág. 1248). Contudo, para a configuração do dano estético indenizável, "a jurisprudência consagrou, com respaldo em Hungria, A. Bruno e outros, que o conceito de deformidade repousa na estética e só ocorre quando causa uma impressão, se não de repugnância, pelo menos de desagrado, acarretando vexame ao portador" (RJTJRS 19/63 e 20/64). Assim, diante do reconhecimento do dano estético em grau mínimo localizado em região do corpo que não trará inconveniente a sua inserção no mercado de trabalho, considerando, ainda, que nem mesmo existem provas de que acarrete imensurável constrangimento à autora, a indenização respectiva será sopesada no



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

arbitramento dos danos morais. E, por inexistir incapacidade parcial e permanente alegada, a improcedência do pedido da pensão vitalícia e sua inserção em um plano de saúde é medida que se impõe. Da mesma forma, a pretensão do pagamento de quarenta salários mínimos em virtude da frustração do recebimento do Seguro Obrigatório não merece prosperar, porquanto a indenização deveria ter sido requerida, oportunamente, a uma das seguradoras conveniadas diante da prova de dano oriundo de acidente automobilístico. Os lucros cessantes consistem nos valores a autora razoavelmente deixou de lucrar por força do dano. Contudo, à época dos fatos, era estudante, sem qualquer prova que exercesse atividade rentável, pedido que, igualmente, deve ser julgado improcedente. Vencida a verificação do dever de indenizar, resta arbitrar o "quantum" a ser pago. Tratando-se de dano moral, o valor a ser encontrado deve ser compatível com o dano causado, minorando o sofrimento da autora, da mesma forma que deve servir de freios para que o causador não reincida na conduta ilícita a que deu causa. É o que nos ensina o eminente Desembargador Cezar Peluso, que entende que o dano moral, além de um caráter de ressarcir o dano sofrido, tem um nítido caráter punitivo: "A indenização por dano moral é arbitrável mediante estimativa prudencial que leve em conta a



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa" (in RT 706/67). A revogada Lei de Imprensa (Lei nº5250/67) também previa a influência de fatores subjetivos e objetivos na determinação da reparação devida, dispondo, no artigo 53: "No arbitramento da indenização da reparação do dano moral, o juiz terá em conta, notadamente: I – a intensidade do sofrimento do ofendido, a gravidade, a natureza e a repercussão da ofensa e a posição social e política do ofendido; II – a intensidade do dolo ou o grau da culpa do responsável, sua situação econômica e sua condenação anterior em ação criminal ou cível fundada em abuso do exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação; III – retratação espontânea e cabal, antes da propositura da ação penal ou cível, a publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação (...), e a extensão da reparação por esse meio obtida pelo ofendido". Assim, diante dos critérios expostos, não se pode olvidar que a prudência do juiz deve ser utilizada para que a indenização, considerando sua função de ressarcir o ilícito e punir seu infrator mensurando a intensidade de seu dolo, não ultrapasse os limites do justo, impedindo o enriquecimento sem causa".



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Inconformado, apela o réu às fls. 148/171, pedindo a inversão do desfecho ou a minoração do *quantum* indenizatório arbitrado, ali por não ser caso de se lhe atribuir uma responsabilidade *erga omnes* e de natureza objetiva pelo só fato de ser proprietário do veículo envolvido no acidente, aqui por mostrar-se excessivo e não situado em patamar adequado à sua possibilidade financeira e às circunstâncias pessoais da autora, tornando-se impagável.

Recurso tempestivo, preparado (fls. 172) e respondido (fls. 176/178).

FUNDAMENTOS

O apelo não comporta guarida.

Primeiro porque *"a jurisprudência sólida da Casa entende ser civilmente responsável o proprietário de veículo automotor por danos gerados por quem lho tomou de forma consentida"* (STJ – 4ª T. – REsp. 1.072.577/PR – Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO – J. 12.04.2012 – Dje 26.04.2012), sendo este indesmentivelmente o caso presente.

Segundo porque o *quantum* indenizatório por dano moral arbitrado no equivalente a aproximados



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

cem salários mínimos não é excessivo para consolar vítima de acidente que em virtude deste sofreu trauma crânio encefálico com hemorragia subaracnóidea, foi internada na UTI em estado grave, permaneceu em coma por dezoito dias, sofreu cirurgia para a extração do baço, na sua longa recuperação precisou da constante ajuda de terceiros para atos cotidianos, pois tinha dificuldades para andar e falar, e perdeu o ano letivo; e tampouco comporta minoração por inadequado à possibilidade financeira do demandado, o que o tornaria impagável, se o comerciante (fls. 37) a final condenado a pagá-lo jamais se importou em provar ser pessoa de posses poucas.

Diante do exposto, eu nego provimento ao recurso.

É como voto.

Des. PALMA BISSON

Relator